



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO (PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL)
CONCORRÊNCIA Nº 01/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03.14.0046/2022

OBJETO: OBRA DE ENGENHARIA REFERENTE A SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE UM CONJUNTO HABITACIONAL NO MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA /AL.

RECORRENTE: CONSTRUTORA CELI LTDA.

RECORRIDO: PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA.

Trata-se de Recurso interposto pela Construtora Celi LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob CNPJ nº 13.031.257/0001-52, estabelecida na Av. General Calazons, nº 862 – Bairro Industrial, Aracaju, Estado de Sergipe, por meio de seus representantes legais, em face ao Edital do objeto supracitado.

Em tempo, informamos que o Presidente da Comissão de Licitação, do município de Santana do Ipanema, foi designado pela Prefeita Municipal, com base na Portaria nº 01/2022, para condução do procedimento licitatório.

O presente julgamento de recurso será analisado considerando os termos do recurso impetrado.

I. DAS PRELIMINARES

Alega a recorrente no **item II.i**, que a administração local não atende ao percentual estabelecido no acórdão TCU nº 2622/2013 e no **item II. ii**, que existe uma defasagem entre a data base do orçamento estimado (agosto de 2021) e seu reajuste, previsto para acontecer um ano após a entrega da proposta (maio/2022).

II. DOS FATOS

A recorrente interpõe o presente Pedido de Impugnação, em decorrência de ter considerado danosa a posição desta comissão, ao divergir do TCU em alguns pontos descritos nos acórdãos de nº 2622/2013 e nº 19/2017.



**ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Considerando a tempestividade e méritos em questão, esta respeitável comissão, dentro de suas atribuições legais, resguarda o direito previsto em edital (Processo nº 03.14.0046/2022, item 20), para análise de recursos de impugnação.

III. DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

A recorrente transcorre, nos itens III e IV, seu aparato argumentativo que sustentariam a hipótese de impugnação. A começar pela presumida inviabilidade do percentual adotado para custos de Administração Local. Corroboram esta afirmação suscitando a relevância do contingente técnico administrativo, que por sua vez devem estar nos conformes em localização, complexidade, prazo de execução e requisitos de qualidade. Sobre a planilha, pleiteia contra um subdimensionamento em relação ao que orienta o TCU, que orienta uma porcentagem mínima de 3,49% para Administração Local.

No item IV, argumenta que, pelo intervalo de tempo entre a data base da planilha orçamentária estimativa (agosto de 2021) e a data de abertura de propostas (maio de 2022) e pelo fato do tempo de reajuste de planilha estar vinculado à esta, cria-se um prazo excessivo para atualização, lesando a possível contratada. Sobre o mérito em questão, a recorrente de ampara mais uma vez em julgados do TCU, sustentando que a gestão pública deve usar como referência para reajuste de planilha a data-base utilizada em planilha orçamentária.

IV. DOS PEDIDOS

A recorrente pede que a Comissão altere a planilha orçamentária, equiparando o percentual destinado à administração conforme o que indica acórdão do TCU de nº 2622/2013, atualizando-o de 1,38% para 3,49%.

Pede modificação na data-base da planilha orçamentária, ou que seja considerada a data deste mesmo orçamento como parâmetro para reajuste contratual, em vínculo com acórdão do TCU de número 029.253/2016.

V. DA APRECIÇÃO DO MÉRITO



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

A recorrente ampara toda sua fundamentação teórica a partir dos parâmetros definidos pelo Tribunal de Contas da União. Todavia, cabe ressaltar que os **Acórdãos do TCU não ensejam, por si só, força jurídica vinculante**, ou seja, quando a entidade profere decisão à determinado órgão ou agente, a decisão não surte efeitos à terceiros.

Uma decisão do TCU sobre a existência ou extensão de irregularidade ou dano em contrato estatal só é definitiva de mérito quando editada em acórdão condenatório, que é o único acórdão apto a gerar a expedição de título executivo para cobrança judicial de condenação (art. 23, III, b, da Lei n. 8.443, de 1992; e Resolução TCU n. 178, de 2005). (Sundfeld, et al. 2017. P.11)

Ou ainda, como a própria recorrente esclarece, no trecho a seguir, sobre o acórdão nº2622/2013 do TCU:

Assim, o acórdão contempla um estudo técnico [...] com vista a estabelecer parâmetros de mercado para subsidiar a elaboração a análise dos orçamentos de obra.

Decisões do TCU, portanto, **não têm caráter jurisprudencial**. Em caso de consultas diretas ao órgão, este pode deliberar a procedência de casos concretos, nos termos descritos abaixo:

Vide artigo 1º da Lei 8.443/1992 (Lei Orgânica do TCU):
Art. 1º Ao Tribunal de Contas da União, órgão de controle externo, compete, nos termos da Constituição Federal e na forma estabelecida nesta Lei:
[...]

XVII - decidir sobre consulta que lhe seja formulada por autoridade competente, a respeito de dúvida suscitada na aplicação de dispositivos legais e regulamentares concernentes a matéria de sua competência, na forma estabelecida no Regimento Interno.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Ainda no ensejo da delimitação normativa do TCU, pode-se se citar a Súmula 222, que é clara sobre a necessidade dos órgãos públicos de acatar suas decisões:

As Decisões do Tribunal de Contas da União, relativas à aplicação de normas gerais de licitação, sobre as quais cabe privativamente à União legislar, devem ser acatadas pelos administradores dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Porém, **deve-se observar que este cumprimento está relacionado a “aplicação de normas gerais de licitação”**, às quais não se enquadram as questões suscitadas pela recorrente, relativos à pormenores ligados a percentuais de administração local e prazos para reajuste.

O exposto acima não quer dizer, no entanto, que esta comissão despreza as colocações da recorrente, no tocante à possíveis prejuízos à empresa licitada, a partir de enquadramentos estimativos lesivos a esta, tão pouco aos acórdãos do TCU, necessários e indispensáveis na construção de certames licitatórios.

Mas é necessário salientar que a recorrida preza, além de outras coisas, pelos interesses do município, como também, pela viabilidade financeira da obra.

É totalmente conjectural pressupor que a empresa vencedora da concorrência, não possuirá condições de finalizar o empreendimento. No que tange a este argumento, a recorrente não o fundamenta substancialmente, parecendo basear-se em senso comum.

A fim de justificar os posicionamentos da licitante, levantados pela recorrente, que divergem dos Acórdãos do TCU de nº 2622/2013 e nº 19/2017, os quais não foram ignorados levemente, esta comissão utiliza a defesa a seguir.

No que diz respeito ao percentual de Administração local adotado (de 1,38%) é plenamente razoável para a execução obra visto a baixa complexidade do empreendimento, além de que as unidades habitacionais são iguais, o sistema de drenagem adotado é superficial, não existe estação elevatória de esgoto, o serviço de acompanhamento de terraplenagem está contemplado no item 3.1.1 (Topografo e Auxiliar de Topógrafo) da planilha orçamentária da administração, assim como os



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

itens 5.1.1.1 Locação de Rede de Água, o item 7.2.1 Locação de Pavimentação, o item 8.1.1 Locação de Rede de Esgoto.

O percentual estabelecido na planilha orçamentária da administração, atende o manual do Programa Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano para o Contrato de Repasse OGU nº 903702/2020 – Operação 1071918-92 que também passou por análise da Gerência Executiva de Governo – GIGOV, sendo considerada tecnicamente viável em 26 de Novembro de 2021.

Importante salientar que a sugestão proposta pela CONSTRUTORA CELI LTDA conforme figura 1 extraída de parte do recurso administrativo impetrado, é passível de contradição, já que certamente o número de profissionais sugeridos certamente ultrapassariam o limite do 3º Quartil do **acordo nº 2622/2013 do TCU**.

ADMINISTRACAO DA OBRA (COM ENCARGOS SOCIAIS)	
ENGENHEIRO SUPERINTENDENTE	Mês
Engenheiro Supervisor	Mês
Engenheiro Gerente	Mês
Medico do Trabalho	Mês
Engenheiro Produção	Mês
Engenheiro Controle	Mês
Engenheira da Qualidade	Mês
Assistente Técnico	Mês
Engenheiro Eletricista	Mês
Engenheiro de Instalações	Mês
Técnico de Instalações	Mês
Engenheiro de Segurança	Mês
Técnico em edificações	Mês
Estagiário	Mês
Encarregado geral	Mês
Encarregado de carpintaria	Mês
Encarregado de pedreiro	Mês
Encarregado de armador	Mês
Encarregado de instalações (elétrico + hidráulico)	Mês
Cabo de turma/Encarregado de frentes (3 x 28 meses)	Mês
Técnico de segurança	Mês
Gerente administrativo financeiro	Mês
Chefe de escritório	Mês
Auxiliar de escritório	Mês
Apontador	Mês
Apontador de campo	Mês
Almoxarife	Mês
Auxiliar de almoxarife	Mês
Ferramenteiro	Mês
Eletricista/Mecânico/Soldador	Mês
Copeira/limpeza	Mês
Vigilância Armada	Mês
Motorista	Mês
Laboratorista	Mês
Menor Aprendiz	Mês
GUINCHERO	Mês
Vigia	Mês
Engenheiro Ambiental	Mês
Técnico Ambiental	Mês
Engenheiro Químico	Mês
Técnico em Saneamento	Mês
Químico	Mês

Figura 1 – Trecho do recurso apresentado pela CONSTRUTORA CELI LTDA – Página 6



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Sobre o argumento da CONSTRUTORA CELI LTDA referente a defasagem entre a data-base do orçamento estimado (agosto de 2021) e a data de reajuste, o qual ocorreria após um ano, a contar da entrega da proposta (maio/2022), em desacordo com estabelecido no **AC. 19/2017 do TCU**.

É importante ressaltar que existe um contraditório no argumento apresentado pela empresa recorrente, conforme figura 2 extraída do recurso ora apresentado.

Muito embora não exista um prazo ou período máximo que esteja positivado na Lei de Licitações e Contratos limitando a defasagem temporal entre a data de elaboração do orçamento estimativo da contratação e a data de divulgação da licitação ou de abertura das propostas, esse assunto é tratado em diversos julgados do TCU que estabelecem o **interregno de seis meses entre a elaboração do orçamento e a abertura do certame para a licitação de obras públicas**.

Figura 1 – Trecho do recurso apresentado pela CONSTRUTORA CELI LTDA – Página 8

O referido orçamento estimado (agosto de 2021) por meio da Gerência Executiva de Governo – GIGOV da Caixa Econômica Federal foi considerado tecnicamente viável em 26 de Novembro de 2021 porém o Município de Santana do Ipanema recebeu o comunicado em 10 de Dezembro de 2022.

Em caso de modificação da data-base do orçamento, o município teria que submeter outra vez o processo para análise da Gerência Executiva de Governo – GIGOV, retardando o início da execução da obra que tem como finalidade o atendimento de famílias atingidas pela cheia na Cidade de Santana do Ipanema, causando sérios prejuízos sociais.

Por fim, a administração entende que o prazo de reajuste vinculado a data de abertura das propostas (maio de 2022) e que o **preço está compatível com o mercado**.

VI. DA DECISÃO

Isto posto, dou ciência ao peticionante do conteúdo deste expediente, com o envio desta resposta do **PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL** por via eletrônica (e-mail) a empresa **CONSTRUTORA CELI LTDA** e continuidade dos trâmites relativos ao procedimento licitatório.



**ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Por fim, ressalta-se que os termos do Edital da Concorrência nº 001/2022 mantem-se inalterados.

Santana do Ipanema, 04 de Maio de 2022

Thiago Fabricio Sandes Costa
Presidente da Comissão de Licitações